

Os democratas de Braga na luta contra o Estado Novo*

José Tengarrinha**



Em primeiro lugar quero saudar vivamente a iniciativa de reunir em livro os testemunhos e as evocações de alguns dos que ao longo de três décadas se destacaram na luta contra o Estado Novo no distrito de Braga. São muitos esses depoimentos, porém longe de esgotar a infindável galeria dos que se opuseram, com os meios ao seu alcance e muito dolorosos sacrifícios, a um regime que oprimiu o País durante quase meio século. Estes que estão no livro são apenas a parte imediatamente visível desse vasto exército dos resistentes do distrito que, somando fracassos e êxitos, nunca deixou de contar com a inevitável vitória final.

*Texto lido na sessão de apresentação do livro “Os Democratas de Braga”, realizada no Museu Bernardino Machado (V. N. Famalicão) no dia 7 Fev. 2015.

** Professor catedrático jubilado da Fac. Letras Univ. Lisboa. jmtengarrinha@gmail.com

Vejo nos que figuram com os seus testemunhos muitos dos meus antigos companheiros de luta, alguns felizmente ainda aqui presentes, outros que apenas a memória alcança. Todos esses a quem estou ligado, então como sempre, por sentimentos de fraterna afectividade, de inquebráveis cumplicidades na persistente luta comum e de profunda admiração no reconhecimento da sua grandeza humana.

Os registos das experiências individuais têm assumido nas últimas décadas um papel cada vez mais destacado na construção histórica, impedindo que não se apaguem, no decurso dos tempos, factos e personagens que marcaram mais ou menos profundamente as sociedades do passado. É um trabalho de reconstituição que permite juntar peças dispersas, como num *puzzle*, integrando-as numa visão de conjunto tendencialmente coerente que torna mais inteligível o passado.

Assim é com este livro agora apresentado, que ficará como um marco não só da história do distrito, mas igualmente, em geral, da história da resistência ao Estado Novo e das suas incidências nas fragilidades e contradições da ditadura.

Nessa década de 1950, em que se mostravam ainda mais evidentes essas fragilidades e contradições, eram cada vez mais perceptíveis as dificuldades do regime de enfrentar os novos desafios que se levantavam do exterior, bem como as novas dinâmicas políticas internas, tanto no campo da Oposição como no do próprio regime.

Chocavam-se movimentos de sinais contrários. Enquanto a derrota do nazi-fascismo fazia nascer impetuosas correntes no sentido da democratização das sociedades, por outro lado a guerra fria que se seguiu ao fim do conflito legitimava, em nome da ordem tradicional e da “defesa dos valores ocidentais”, a perseguição anticomunista que até certa altura foi o pretexto para os regimes autoritários, como Portugal e Espanha, desencadearem feroz perseguição aos democratas.

Estas novas condições iriam ter reflexos, também, na reorganização das forças políticas em Portugal e na definição dos seus objectivos. O que se passou então nas três décadas posteriores à II Guerra Mundial define-se, principalmente, como o acidentado percurso de uma ditadura cada vez mais isolada e

debilitada, incapaz de erguer fortes valores de sustentação que superassem os *slogans* tradicionais apenas apoiados no ideário mais conservador da sociedade portuguesa. Era uma nova página que, lentamente, num caminho com acidentados escolhos e imensos sacrifícios, se ia abrindo para o declínio inexorável do regime.

Vejamos, então, num olhar abrangente, os principais traços do quadro em que então se inserem as lutas dos democratas portugueses. Neste processo, a meu ver, poderemos reconhecer cinco fases: das esperanças do pós-guerra à “guerra fria”; daí, ao I Congresso Republicano; deste a 1961; depois, a 1968; e, finalmente, ao 25 de Abril. Cada uma destas fases é dominada por diferentes estratégias e objectivos políticos, tanto devido ao jogo interno das forças em presença na sua relação com as dinâmicas sociais, como aos condicionalismos externos, em geral fortemente influentes. Ora para bem interpretar os factos expostos neste livro julgo ser indispensável entender como ao longo destas fases se foi modificando a composição política da oposição democrática, a evolução da influência relativa das suas componentes, as alterações nos seus objectivos e estratégias, as suas propostas programáticas a médio e longo prazo.

Sabe-se como as esperanças levantadas pelas condições externas do pós-guerra estimularam um novo impulso e um novo rumo da Oposição democrática que já nada tinha a ver com os antigos golpes militares isolados, com os actos *putschistas*, com as desesperadas aventuras reviralhistas que sempre deixaram o rasto da frustração e da impotência. O próprio *putsch* projectado para Agosto de 1945 foi desmobilizado. Os ventos democratizantes que então sopravam pela Europa acalentavam esperanças de ser possível combater no plano legal ou semilegal, abrindo novos espaços de intervenção política. Neste quadro foram criados o MUD e o MUD Juvenil, após a tentativa clandestina do MUNAF e depois, na sua senda, o MND (Movimento Nacional Democrático). Mas, pelo que pessoalmente verificámos, os democratas não alimentaram grandes ilusões sobre a vontade de o regime se reformar por iniciativa própria. E a feroz repressão que se seguiu (com demissões, prisões, perseguições) veio confirmar este pessimismo. A Oposição tinha assim o seu espaço de intervenção muito reduzido, limitado à pequena abertura concedida quando dos actos eleitorais ou em actos comemorativos singulares. Não dispunha de continuidade na acção nem, excepto nesses momentos, visibilidade pública.

Assim, não havia condições para que se gerassem novos líderes na Oposição democrática, continuando a prevalecer as prestigiadas figuras vindas da I República com um ideário político já desajustado das novas realidades.

Entretanto, era já muito ampla e crescente a agitação popular que, além de Lisboa e do Porto, percorria o País em greves, protestos públicos, resistências de várias naturezas, nomeadamente na Margem Sul do Tejo, no Ribatejo e no Alentejo. Mas estas movimentações, meio espontâneas, meio organizadas (em que o PCP tem papel muito importante), não se articulam com a esfera dos republicanos históricos que se apresentavam como tutelares da Oposição. Estes, como no passado, mantêm um distanciamento preconceituoso em relação às massas populares, receando a sua radicalização e a influência que através delas o PCP exerceria. Apostavam ainda em conspirações militares (embora não sendo estas uma mera repetição da tática putschista dos anos 30) ensaiadas entre 1946 e 1949, mas todas fracassadas. Nem o entusiástico e muito amplo apoio popular na campanha de Norton de Matos, que fez estremer o regime, convenceu os velhos republicanos do valor da intervenção popular na luta contra o Estado Novo que tomava maiores dimensões nos períodos pré-eleitorais. Daqui nasce o confronto entre duas tácticas diferentes – a do intervencionismo e a do abstencionismo – que se manteria até ao 25 de Abril e a que os democratas de Braga não ficaram alheios, como se vê pelos testemunhos aqui publicados. Os dois campos oposicionistas desenvolvem, assim, actividade com diferentes orientações, que levantam dificuldade de relacionamento entre eles, dificuldade agravada com a “guerra fria” dos anos 50 e com os protestos sobre as invasões soviéticas nos países de Leste (Hungria e Checoslováquia). Resultavam daí tentativas de isolamento e discriminação dos comunistas e seus aliados.

Só a partir de 1956 começa a superar-se esta situação, mas para isso seria preciso que em cada um dos campos se tivessem operado transformações importantes, em grande parte por efeito de mudanças na conjuntura internacional. Do lado do PCP, é considerável a influência do XX Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1956, onde Krushev defende a não inevitável hostilidade com os países do sistema capitalista, propondo a coexistência pacífica com o Ocidente. Era posta em causa, assim, a “guerra fria”, tirando trunfos a Salazar tanto para justificar externamente a sua política autoritária, como para dificultar

internamente a aproximação entre as forças que se lhe opunham. Esta situação propicia que o PCP assumia uma linha política mais flexível, admitindo um trânsito pacífico para a democracia e uma colaboração mais aberta com as outras forças da Oposição. Por seu turno, no campo dos republicanos históricos e socialistas também foi notória a influência desta conjuntura, fazendo diminuir a ilusão sobre a influência democratizante em Portugal das potências aliadas ocidentais.

São estas novas realidades que permitirão a aprovação, em Dezembro de 1956, das bases para a formação das “Comissões Eleitorais da Oposição”, com vista às “eleições” para deputados do ano seguinte, e a constituição da “Comissão Promotora do Voto” com a participação dos diversos sectores democráticos; e, em 6 de Outubro de 1957, inserido nas comemorações da revolução republicana, o I Congresso Republicano em Aveiro, em que intervêm, com diagnósticos sobre a sociedade portuguesa, elementos de várias tendências da Oposição, entre os quais democratas de Braga. Foi secretário-geral desse Congresso Mário Sacramento, intelectual aveirense de grande prestígio nacional, membro do PCP. Tanto o Congresso como a preparação das “eleições” de deputados de 4 de Novembro de 1957 mostram, assim, considerável grau de cooperação entre as forças oposicionistas, muito diferente, pois, do que ocorrera nas de 1949 e 1953.

Era um ciclo novo que se abria no capítulo da unidade democrática. Assim, apesar de divergências evidentes, a Oposição viria a cooperar no ano seguinte em torno de um único candidato nas eleições presidenciais, o general Humberto Delgado, após duras negociações que culminaram com o chamado “acordo de Almada”, que tive ocasião de acompanhar. A influência largamente predominante era ainda, porém, dos oposicionistas tradicionais que se traduziu na famosa “Mensagem dos 97” onde se defendia não haver condições políticas para a concorrência às urnas.

Foi então, porém, que muito claramente se viu não estar a oposição tradicional em condições de liderar a imensa e aguerrida movimentação popular que, em crescendo, não deixava dúvidas sobre a sua vontade de enfrentar o regime frontalmente e sem ambiguidades, com um objectivo de rompimento total com a Situação. Estavam, pois, criadas condições para que uma nova geração de

democratas fosse, gradualmente, substituindo a antiga, formando núcleos em vários pontos do País, processo em que Braga teve destacado papel.

O primeiro sinal dessa ruptura deu-se na preparação, em que participei directamente, da campanha para as eleições legislativas de 1961. Vencendo a resistência dos republicanos históricos, foi possível desenvolver uma campanha muito viva e participada, que permitiu mais amplo esclarecimento e mobilização e onde, pela primeira vez, é apresentada publicamente a questão colonial. Apesar das enormes limitações impostas pelo Governo, a agitação política ocorreu com alguma intensidade. Razão tínhamos em procurar vencer a resistência republicana e socialista e desencadear a campanha eleitoral. Pois havia a consciência de que a animosidade pública contra o regime era já tão forte que permitiria sustentar a tensão da luta mesmo além da campanha eleitoral. Não seriam apenas manifestações mais ou menos amplas durante a pequena abertura política das “eleições”, mas o arranque para uma dinâmica oposicionista qualitativamente diferente. Assim foi. Neste sentido, pode dizer-se que 1961 foi um marco na luta contra o Estado Novo. Com efeito, a agitação política eleitoral desencadeou depois manifestações públicas de protesto em vários pontos do País, como Coimbra, Covilhã, Couço, Alpiarça, Grândola. Atingiram particular dimensão e combatividade as de Almada, em 11 e 14 de Novembro, com muitos milhares de pessoas enfrentando durante várias horas as forças repressivas, que dispararam rajadas de metralhadora

Seguiu-se feroz vaga repressiva com o assassinato do escultor José Dias Coelho, dirigente clandestino do PCP, a prisão de dezenas de dirigentes políticos, o esmagamento da revolta do quartel de Beja. Porém, ao contrário do que tantas vezes acontecera no passado, a repressão não causou o refluxo dos protestos: logo em 31 de Janeiro seguinte (1962) muitos milhares de pessoas, gritando por liberdade e paz em Angola ocuparam a Baixa do Porto, resistindo várias horas às cargas policiais; em 1 de Maio seguinte rebentou o maior e mais combativo movimento de protesto a que Lisboa assistira desde o fim da guerra, superior mesmo ao de 1958 quando da chegada de Humberto Delgado vindo do Porto; durante várias horas, na Baixa de Lisboa, os manifestantes enfrentaram as forças repressivas que lhes causaram dois mortos e dezenas de feridos; levantamentos populares eclodiram em outros pontos do País, nomeadamente no Porto, Almada, Barreiro; ao mesmo tempo, recrudescem,

com grande agressividade, as greves e protestos de assalariados industriais e agrícolas; declarava-se também a grande crise académica em Março-Maio de 1962 que, embora desenvolvendo-se com autonomia, não deixava de ser influenciada pelo ambiente geral revoltoso e que teria grande importância no futuro não apenas pelos incentivos que irá provocar em futuras lutas estudantis, mas igualmente pela formação de quadros políticos que nos anos seguintes se irão afirmar.

Era, no conjunto, um quadro tão impressionante que para muitos dava a ilusão de se estar a viver um período pré-insurreccional, exigindo formas superiores de luta. Esta situação, potenciada pelo diferendo entre a China e a URSS, levou a cisões graves na esquerda e a novas reflexões sobre as tácticas da Oposição.

Vive-se, então, uma situação singular: ao quadro particularmente denso de agitação social e de protestos públicos corresponde uma fase de refluxo no plano da intervenção estritamente política. Tal atinge, mais visivelmente, os republicanos e socialistas que nesse plano sempre tinham tido o seu campo privilegiado ou exclusivo de actuação. São notórios, então, os sinais de desagregação desses grupos, oscilantes entre compromissos com os dissidentes do regime e as esperanças de que dentro deste se gerassem as forças que o aniquilassem. Ao mesmo tempo, não se envolvendo directamente nas acções políticas e sociais que se desenvolviam no País, perdem influência as personalidades republicanas que até se haviam apresentado como tutelares da Oposição. As novas dinâmicas da luta contra o regime passavam-lhes cada vez mais à margem, não exerciam efeito atractivo sobre as camadas jovens (estudantis e militares) que irrompiam crescentemente na luta contra o regime, dando origem a uma multiplicidade de pequenos agrupamentos, em geral algo desorientados, mas muito combativos. Data de então a crescente individualização da corrente socialista, sendo a partir daí cada vez menos apropriado falar-se de “oposição republicana e socialista”, embora nas “eleições” de 1965 ainda tomem posições comuns e trabalhem em conjunto sob o comando do Directório Democrato-Social. Esta crescente descolagem dos socialistas levou-os a fundar em Genebra, em 1964, a Acção Socialista Portuguesa (ASP) que em Maio de 1973 daria origem ao Partido Socialista Português.

Esse ponto de viragem na luta contra o Estado Novo que foi o ano de 1961 tem profundas implicações na unidade das forças democráticas. A perda de

influência dos republicanos históricos, a descolagem da corrente socialista, o reconhecido importante papel do PCP na contestação social deslocam os centros de gravidade política. Há uma torrente oposicionista cada vez mais vasta e aguerrida que não quer ser espartilhada nos moldes da oposição tradicional e que pelas suas ideias e tipo de intervenção renova muito do que até aí se pensara e fizera. O que se vai passar no campo da Oposição ao longo dos anos 60, e especialmente na segunda metade só poderá ser compreendido se tivermos em conta esta profunda alteração que marca o princípio da década e teria um marco fundamental em 1969.

Neste ano, a preparação das “eleições” legislativas com a Comissão Promotora de Voto desde logo mostrara a profunda alteração na composição da unidade democrática. Nessa Comissão estava já quase ausente a Acção Democrato-Social e na acção, além do protagonismo de novos elementos das áreas comunista e socialista, presentes muitos jovens ainda estudantes ou saídos das crises académicas desde 1962, com presença relevante dos católicos. A iniciativa política deixara definitivamente, pois, de pertencer à área republicana tradicional. E foi já em posição apagada ou meramente honorífica que esteve presente na primeira grande iniciativa pública da oposição pós-Salazar que foi o II Congresso Republicano (Aveiro, 15-17 de Maio de 1969). O mesmo na reunião plenária de S. Pedro de Muel (15 de Junho) que lançaria linhas inovadoras tanto do ponto de vista organizativo como programático, contidas na denominada Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática.

A organização, funcionamento e direcção unitárias que passaram a ser adoptadas em geral pelas forças oposicionistas concretizavam a ruptura com os modelos tradicionais. Consagrava-se o princípio da liberdade de decisão das comissões distritais, de que saíam uma comissão coordenadora e frequentes encontros de coordenação nacional, abolindo-se assim a habitual direcção nacional fixa e permanente e estimulando-se um processo de baixo para cima com envolvimento do maior número possível de democratas. Foi a aplicação deste princípio que permitiu uma tão ampla mobilização em todo o País em torno das listas oposicionistas às “eleições” de 1969, nomeadamente das listas da CDE, que concorreram em todos os distritos.

Foi também esta nova orientação que impulsionou a unidade oposicionista na

constituição, em princípios de 1973, da Comissão Democrática de Recenseamento integrada por centenas de democratas de diversas tendências e de todos os distritos. E foi também no mesmo sentido que se começou a trabalhar desde os primeiros meses desse ano no III Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 4-8 Abril de 1973). Com tal objectivo dominante, seria esse Congresso concebido de forma diferente dos anteriores. Não se reduziria a uma mera apresentação de teses pontuais ou sectoriais, tendo sido preocupação central construir uma proposta unitária da Oposição para uma alternativa de regime. Daí, o destaque das reflexões sobre o Estado e, sobretudo, pela primeira vez se terem extraído “Conclusões”, que foram o mais importante resultado da reunião. Eram lançadas, assim, as bases políticas para uma sólida unidade das forças oposicionistas nas seguintes eleições legislativas de Outubro e também dado um importante contributo para a coesão e o ideário dos jovens militares que farão o 25 de Abril. De sublinhar que nestes congressos de Aveiro tiveram os democratas de Braga papel preponderante tanto na sua organização como na apresentação de comunicações que tiveram sempre muito impacto.

Destas reflexões ressalta, antes de tudo, não uma visão linear e maniqueísta, reduzida ao antagonismo entre dois campos, mas quanto foram diversos os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo e complexos os processos de rejeição e entrosamento entre as linhas do Poder e da Oposição.

Estes, a meu ver, alguns dos principais traços do quadro evolutivo da Oposição democrática nos últimos 30 anos do Estado Novo, em que se insere, com muito destaque, a intervenção marcante, pela sua persistência e singularidade, dos que ficaram conhecidos como “Os democratas de Braga”.

Este livro em boa hora publicado por iniciativa do Conselho Cultural da Universidade do Minho, assinalando o 40.º aniversário do 25 de Abril, teve a organização a cargo de José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes e Artur Sá da Costa, que assim trouxeram a lume testemunhos e evocações que, de outro modo, estariam em risco de se perder no silêncio da história. Além de que tem o grande mérito de justamente enaltecer a acção desses democratas de Braga que, sob muitos aspectos, constitui um caso exemplar da luta democrática no nosso país. As palavras são insuficientes para dar o justo valor a essa acção como contributo para erguer a democracia em Portugal.

Pelo que atrás ficou dito, compreende-se os condicionalismos que permitiram o aparecimento de uma nova geração de oposicionistas, trazendo novas ideias, novos métodos, novas estratégias que irromperam, sobretudo, desde a década de 1950.

No conjunto da Oposição, os “Democratas de Braga”, assim denominados desde 1966, logo se destacaram pelas suas propostas e iniciativas singulares e irreverentes, com autonomia programática, seguindo o seu percurso próprio não alinhado necessariamente com opções estabelecidas, e assim sendo até ao 25 de Abril.

Uma das grandes polémicas em que muito cedo se envolveram, a exemplo do que ocorreu em outros distritos, referiu-se à questão do intervencionismo versus abstencionismo, isto é entre os que pretendiam disputar as eleições, aproveitando quanto possível as condições mais favoráveis para esclarecimento e mobilização amplos da população, culminando nas urnas como forma de maior motivação, e os que defendiam a abstenção para não colaborar na “farsa eleitoral”. Como se depreende do que atrás foi dito, a história mostraria a razão dos primeiros, o que ficou claramente demonstrado, nomeadamente, com a campanha de Humberto Delgado.

Em relação a esta questão, como a outras da mesma natureza, alguns testemunhos dão informações esclarecedoras sobre as razões e os fundamentos das convergências das forças democráticas, mesmo quando não coincidentes as suas visões táticas, e não escamoteando também os motivos de alguns fracassos na construção dessa unidade, que até desembocaram em divisões e polémicas que chegaram a traduzir-se na apresentação de listas eleitorais opostas. Mas, igualmente, os testemunhos dão-nos a confirmação de que esses dissídios não afectaram a radical unidade no fundamental desígnio comum do derrubamento do Estado Novo. Vê-se, mesmo, que essa unidade se fortalecia à medida que eram mais visíveis os sinais de fragmentação do regime e da sua queda próxima. Tal se tornou mais evidente na preparação e participação no Congresso de Aveiro em 1973, com a aprovação unânime de uma Declaração Política final apoiada por toda a Oposição Democrática, que, como dissemos, foi a base firme para a apresentação de listas unitárias nas “eleições” de 1973.

Mas a intervenção não se reduzia ao campo político. Tendo a compreensão de como o esclarecimento dos cidadãos constituía arma fundamental para com-

bater o obscurantismo da ditadura, os “Democratas de Braga” desenvolveram intensa e muito diversificada actividade cultural com a edição de textos, com as livrarias que não se limitavam à venda de livros mas eram verdadeiros polos de difusão da cultura e de debate político, com a actividade sindical, com a criação de cooperativas, cineclubes e outras associações que tentavam resistir apesar da feroz repressão da PIDE, bem como com o aproveitamento comemorativo de datas simbólicas da resistência republicana e democrática.

Apesar dos fortes obstáculos e inevitáveis limitações e fracassos nessa longa caminhada, um dos aspectos mais significativos da acção destes homens, bem documentado no livro, é a continuidade, a persistência assentes na sublimação do ideal que mostra como é inquebrantável a força das ideias quando sustentadas por aspirações de justiça e de liberdade. Eram conhecidas em todos os meios democráticos nacionais as célebres cartas abertas e exposições públicas protestativas e acusatórias dirigidas ao mais altos dignitários da Nação, incluindo Salazar, que diziam desassombradamente aquilo que todos pensavam mas que era falado em surdina, sempre assinadas por “Os Democratas de Braga” e que por isso assim se tornaram conhecidos.

Um dos segredos desta continuidade terá estado também na coesão e fraterna relação entre os que constituíam o que poderíamos chamar o “núcleo duro” da organização, integrado por figuras de tão grande dimensão intelectual e humana como Lino Lima, Victor de Sá, Santos Simões, Eduardo Ribeiro, Humberto Soeiro. A estes se juntaram outros de vários concelhos do distrito e também do Porto em tão grande número que constituíram uma organização semilegal com múltiplas extensões e funcionamento regular que não se reduzia a reflexão e debate interno, mas era principalmente virada para a intervenção pública, forçando a existência legal. Começou por praticar o princípio da liberdade de decisão das comissões distritais, como depois viria a ser consagrado na Plataforma de S. Pedro de Moel, permitindo a descentralização organizativa e a correspondente autonomia política, que assim não se reduzia ao ditame dos próceres partidários nacionais.

Nestas palavras impressas que hoje parecem frias na distância dos tempos, encontramos os pensamentos e as mensagens, a palpitação das ideias e dos sentimentos, a força do ideal desses homens e mulheres. Mas não encontramos todo o lado oculto dos sofrimentos individuais, das intraduzíveis coragens

e dores, desde as grandes acções aos actos simples, à anónima resistência no quotidiano. As vítimas e os resistentes não foram só as figuras que ficaram aqui assinalados. Por estas páginas perpassam também anónimos e humildes, operários, mestres artesãos, sapateiros, tipógrafos, pequenos comerciantes, cesteiros, gentes que sofreram em silêncio ou se levantaram em gritos colectivos de protesto, os que foram espezinhados e humilhados, os sofrimentos das famílias perseguidas a quem lhes cortaram o sustento com os despedimentos e as prisões dos familiares, todo um mundo de vivências amargas e sofridas que as palavras não conseguem alcançar.

São muitos os Testemunhos, trazendo variadas contribuições, todas elas com valor específico próprio para erguer esse grande monumento à história da resistência antifascista em Portugal. Entre esses testemunhos, não querendo cometer a injustiça de particularizar alguns em detrimento de outros, refiram-se os de José Sampaio, que foi o primeiro governador civil de Braga após o 25 de Abril, o de José Manuel Barbosa, que à causa do cooperativismo dedicou toda a sua vida, o de Manuel Martins Costa, o de Salvador Coutinho, o de António Sousa Fernandes, o de Manuel Gouveia Ferreira, o de José Afonso Lestra Gonçalves, o de Mário Vale Lima, o de Joaquim Loureiro, o de Victor Louro, o de Margarida Malvar, o de José Manuel Mendes, o de Raul Peixoto, o de Jorge Quinta, o de Maria Teresa Ramos Roriz Pereira Sequeira Rodrigues, o de Parcídio Sumavielle e o de Macedo Varela. Nas Memórias Recuperadas, com contributos muito valiosos, assinalamos as de José Augusto, Armando Bacelar, António Pinheiro Braga, Guilherme Branco, Manuel Cunha, Francisco Tinoco de Faria, Lino Lima, Eduardo Ribeiro, Victor de Sá, Joaquim Santos Simões e Humberto Soeiro. Com muito interesse são também os textos integridos na categoria das Evocações, da autoria de Artur Coimbra, José Marques Fernandes, João Carvalho, José Luís Machado, Tito Peixoto e Fernanda Ribeiro. De salientar ainda a colecção de Documentos que permite trazer à tona factos e informações de grande valor histórico, bem como a muito útil bibliografia sobre a Oposição ao Estado Novo no Distrito de Braga exumada por Henrique Barreto Nunes. De muito valor regista-se também o contributo iconográfico, resultante de aturadas pesquisas, que dá uma maior visibilidade aos acontecimentos narrados.

Os textos de apresentação do livro são igualmente de muito mérito para a orientação da leitura, como a Nota Introdutória de Eduarda Keating, Presidente

do Conselho Cultural da Universidade do Minho e o Prefácio de José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes e Artur Sá da Costa. Este último assina também, a abrir, um lúcido texto de enquadramento global intitulado “Os ‘democratas de Braga’ e as Oposições à Ditadura no distrito de Braga” que nos permite entender melhor os condicionalismos políticos e o valor global da contribuição dos democratas do distrito para o derrubamento do Estado Novo.

Finalmente, releve-se, assim, o valor deste livro como contributo para o conhecimento da história do movimento oposicionista a partir de um dos distritos mais activos no combate contra a ditadura. Luta contínua, sem desfalecimentos, sem perder a esperança, sem temor da repressão, numa continuidade sem quebras. A organização dos democratas de Braga foi exemplar na capacidade de, para além das diferenças pessoais e ideológicas, convergirem no objectivo central da luta contra o Estado Novo com pensamentos e tácticas originais. Assim, podemos dizer que, mesmo quando não seguidas por outros centros da Oposição, as suas linhas influenciaram toda a luta antifascista em Portugal e, em não poucos momentos, alentaram a Resistência em fases de menor ânimo. Por isso, sublinhando o que Artur Sá da Costa diz no final do seu texto introdutório, podemos considerar que “os democratas de Braga” “são hoje uma legenda viva, uma referência nos anais da história das lutas políticas contra o Estado Novo”.